



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8104-001

1
[Handwritten signature]

413/2016

CONTRATO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM INTERIOR E EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SUPERFÍCIE, NO CONCELHO DE LOULÉ, PELO VALOR GLOBAL DE 114.270,00€, SEM IVA INCLUÍDO

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano 2016, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a **HIDURBE – SERVIÇOS, S.A.**, com sede em Rua Padre António, n.º 232, Fração AA, sala 5.3, em Maia, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500361193, com o capital social de 3.500.000,00€ representada por **RUI PERFEITO DOS SANTOS FERREIRA NEVES**, portador do cartão de cidadão número 09801287 8ZX7, emitido pela República Portuguesa e válido até 27 de março de 2021, contribuinte número 199608490, o qual outorga na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração, datada de 20 de dezembro de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **20 de dezembro de 2016**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 210, II Série de 2 de novembro de 2016, foi adjudicado à firma **HIDURBE – GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A.**, o contrato de “SERVIÇOS DE LAVAGEM INTERIOR E EXTERIOR DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE SUPERFÍCIE, NO CONCELHO DE LOULÉ”, pelo valor global de 114.270,00€ (cento e catorze mil duzentos e setenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.20.09**;----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

2

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **10013** e o LCPA n.º **14473**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objecto do contrato consiste na prestação de serviços de lavagem e desinfeção no interior e exterior de equipamentos de deposição de superfície de resíduos sólidos urbanos no concelho de Loulé, conforme se descreve na parte II – Cláusulas Técnicas do caderno de encargos e na proposta do adjudicatário que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: O contrato inicia-se a 02 de janeiro de 2017 e vigora até 29 de dezembro de 2017, inclusive, correspondendo a cerca de 260 jornadas de trabalho. Caso até final do ano de 2017 não se extingam as quantidades previstas de jornadas de trabalho, o contrato caducará automaticamente;-----

QUARTA: A prestação de serviços terá lugar de acordo com o estabelecido na parte II – clausulas técnicas do caderno de encargos e no planeamento de serviços previsto, ou de acordo com as solicitações da Divisão de Limpeza e Higiene Pública (DLHP). A Edilidade reserva-se no direito de alterar o planeamento mediante comunicação prévia ao prestador de serviços. O Município de Loulé não fica obrigado a contratar todas as intervenções previstas, no período de vigência do contrato. O Município de Loulé não fica obrigado a recorrer em regime de exclusividade absoluta à execução dos serviços contratados, a quem venha a ser adjudicado os serviços, embora o recurso a outros prestadores de serviços, só deva ocorrer em situações pontuais e residuais relativamente às suas necessidades, devido a circunstâncias imprevistas, ou quando não seja viável recorrer a este, em condições ou tempo útil;-----

QUINTA: O prestador de serviços obriga-se a cumprir o artigo 4 da parte I – Clausulas Gerais do caderno de encargos;-----

SEXTA: Compete à Edilidade o controlo e fiscalização dos serviços prestados. A Edilidade reserva-se no direito de controlar e fiscalizar os serviços nos termos que entender por conveniente. A Edilidade poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considerar necessários.-----

A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

3
Zac

SÉTIMA: As quantias devidas são pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. O prestador de serviços apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços contínuos prestados no mês em causa, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada do relatório de execução de serviços. O pagamento dos serviços efectuados apenas será processado, após a apresentação do relatório de execução de serviço pelo prestador de serviços, e após a validação e aprovação do mesmo, pela DLHP. Serão apenas facturados os dias efectivos de trabalho, entendendo-se como dias efectivos, uma jornada de trabalho completa, de acordo com o definido no ponto 1.1.3 da parte II do caderno de encargos;-----

OITAVA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato. O prestador de serviços fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas. Não constituem força maior, o número 3 do artigo 11.º da parte I – Clausulas gerais do caderno de encargos. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA: O prestador de serviços garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da edilidade.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

4

[Handwritten signature]

DÉCIMA PRIMEIRA: A Divisão de Limpeza e Higiene Pública tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Integrado (SGI), cujo âmbito se aplica a todos os seus fornecedores e seus subcontratados, pelo que estes ficam obrigados a cumprir os requisitos constantes no ponto 4 da parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos, que aqui se dá como reproduzido;-----

DÉCIMA SEGUNDA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos previsto no artigo 10.º da parte I – clausulas gerais do caderno de encargos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços.-----

b) Sempre que os trabalhos previstos não forem efetuados de acordo com o definido ou hajam outros desvios ao definido no caderno de encargos, o prestador de serviços fica obrigado a informar por escrito, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento do facto, a Divisão de Limpeza e Higiene Pública sob pena de ser responsabilizado por incumprimento contratual.-----

c) Nos termos da alínea i) do artigo 10.º da parte I do caderno de encargos que aqui se dá como reproduzida;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA QUARTA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8104-001

DÉCIMA QUINTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA SEXTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável. -----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 20 de dezembro de 2016, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Proposta do adjudicatário;-----
- Deliberações de Câmara e Informações técnicas.-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]

O SEGUNDO OUTORGANTE,

[Handwritten signature]
Hidurbe
Gestão de Resíduos, SA

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

[Handwritten signature]
Hélia Ricardo Correia Pinto Almeida